

Ata 20 de dezembro de 2022

Nos termos e para os efeitos da alínea b) do nº1 do artigo 14º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, reuniu em sessão Ordinária a Assembleia de Freguesia de Campo de Ourique, **a vinte dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e dois**. Esta ata será gravada e disponibilizada para futuras consultas. -----

A senhora Presidente da Assembleia de Freguesia, Ana Luísa Cardoso Marques Teixeira Loureiro, deu início à seguinte ordem de trabalhos, constituindo o presente documento, bem como os originais das propostas votadas, a ata em minuta da reunião: -----

A. Período Antes da Ordem do Dia; -----

A freguesa Margarida Vicente, gostaria de fazer observações sobre o último Boletim da Junta de Freguesia chamado "CAMPO DE OURIQUE". Diz que leu coisas que deveria referir. Uma delas sobre as árvores no Jardim da Parada, que, agora que estão em sérios riscos, é que colocaram placas com *QR Codes* com nome e designação científica. Diz também que se continua a anunciar com pompa e circunstância que Campo de Ourique vai ganhar um novo jardim nas Amoreiras por cima do Reservatório da EPAL. Diz que não será um jardim, mas sim um espaço verde, com relva e apresentado como moeda de troca, "mata-se o Jardim da Parada, compensamos com este". Chama a atenção para o Editorial em que o senhor Presidente, refere a importância de incluir vontades e interesses dispersos na utilização do espaço do bairro, no entanto refere que nunca quis ouvir, parte dos moradores da freguesia, nomeadamente o movimento *Salvar o Jardim da Parada*, sobre uma obra tão importante como a construção da estação do metropolitano, num local a contento de todos. Para finalizar, refere que nos sete debates do Fórum Campo de Ourique 20-30 foram três os locais mais falados, no entanto não foram três, mas sim quatro pois o Jardim da Parada também foi evocado em muitos temas. -----

O Presidente Pedro Costa toma a palavra. Diz que a freguesa tem razão, relativamente ao último reparo, no sentido em que o Jardim da Parada foi sim referido, mas não a propósito de todos os temas, reconhecendo que a frase não foi clara. -----



CAMPO DE OURIQUE

JUNTA DE FREGUESIA

Relativamente às restantes perguntas, faz nota que, em questão ao risco das árvores, quer a CML, o Metro, a APA e o ICNF, referem que não há risco para as árvores e, portanto, volta a repetir que percebeu que foi só uma provocação inicial acerca das placas, que vão ser colocadas, tomando nota, que falta uma parte da identidade gráfica, razão pela qual ainda não estão postas. Diz que recebeu um parecer do ICNF, dando nota de que há uma dimensão do torrão suficiente para que não haja risco para as árvores com a abertura do poço de ataque e, fazendo outras considerações sobre o plano de manutenção atual das árvores, pedido pelo Movimento Salvar o Jardim da Parada. Já tendo recebido essas mesmas considerações, é pedido aos serviços que reencaminhem o parecer do ICNF, ou que se faça a publicação, ou ambas as coisas, dando nota deste esclarecimento. -----

Em relação à questão da troca, diz que não é anunciada nenhuma troca. O que existe é a promessa, há muito adiada, contratualizada desde 2020, sendo que o primeiro contrato é de 2016, da abertura de dois espaços da EPAL. O primeiro foi já anunciado, e o compromisso do senhor Presidente da Câmara é que espera ver concretizada a obra do jardim durante o próximo ano. Também já chegaram muito perto do texto final do acordo para a gestão e manutenção do espaço que será, assim que fechado o acordo, apresentado à Assembleia de Freguesia. Irão começar os trabalhos para a construção do projeto. Diz que não há motivo nenhum para que seja um parque relvado, nem motivo nenhum para que um jardim tenha de ter árvores de raízes profundas. Não são dois factos que estão relacionados, pelo que não é verdade acerca do jardim e do relvado. Menciona que o espaço tem de cumprir três pontos: 1 – área verde; 2 – área de lazer; 3 – área que aproxime a Rua Ferreira Borges das Amoreiras quebrando uma fronteira que existe hoje na freguesia. Será feita a abertura de uma porta nova e a criação de instalações desportivas. Houve pedido de reunião com moradores, para a possível instalação de campos de paddle, permitindo desmantelar os campos de paddle da Praça das Águas Livres, do Ginásio Clube Português. -----

António Roxo, diz que está na Assembleia não só na qualidade de morador, mas também na qualidade de Vice-Presidente do Clube Atlético de Campo de Ourique (CACO) que celebrará os 100 anos, na quinta-feira seguinte, dia 22 de dezembro. Convida todos os membros da Assembleia de Freguesia e menciona que o Executivo já foi previamente convidado e que, muito os honra a presença do senhor Presidente da Junta. Menciona que o evento decorrerá



SS
Jan 20

entre as 18h e as 20h, que será um evento solene, onde irão contar também com a presença do Senhor Presidente da Câmara. Gostariam de poder contar com a presença do máximo de moradores para poderem apresentar as modalidades e haverá uma pequena cerimónia onde será apresentado o que o CACO faz há 100 anos. -----

A Presidente da Assembleia, Ana Luísa Loureiro, agradece o convite e dá os parabéns ao Clube Atlético de Campo de Ourique. -----

O Presidente, Pedro Costa, dá os parabéns ao CACO e confirma a sua presença. Em nome de todos, dá os parabéns ao Clube Atlético de Campo de Ourique e espera que todos consigam estar presentes. Menciona que espera que o Clube mantenha a relação com a comunidade, que mantenha a oferta diferenciada que tem, não só pelo bairro, mas também pela cidade. Diz ainda que a presença do senhor Presidente da Câmara, neste dia, é uma demonstração da importância do único Pavilhão de Hóquei em Patins que há na cidade de Lisboa, o único Pavilhão de Hóquei em Patins ao serviço da formação na cidade de Lisboa. É um marco na cidade e, portanto, um motivo de orgulho para todos. -----

Em seguida a freguesa Susana Morais questiona a Presidente da Assembleia, Ana Luísa Loureiro, sobre o anexo que deveria estar publicado junto com a ata da Assembleia de vinte e oito de junho, para que quem consulta esta mesma ata possa perceber do que se falou. Questiona o facto de haver diferença no trato de fregueses na transcrição da ata e dá exemplo de um freguês que foi mencionado como arquiteto e morador há 50 anos na freguesia e que, noutra intervenção alguém mencionou que era morador há 50 anos e que não foi transcrita essa informação. Na sua opinião diz fazer sentido estar mencionado nas duas intervenções ou então não estar mencionado em nenhuma. Em relação ao assunto do metro no Jardim da Parada, questiona a Assembleia de Freguesia o porquê da mudança no projeto, visto que, em maio de 2017 o senhor Medina, apresentou um plano da rede, com uma estação nos Quartéis, em maio de 2021, no Boletim da Junta de Freguesia, está uma localização, um desenho, também próximo dos Quartéis, entre os Quartéis e o jardim e, agora, a 20 de Maio de 2022, quando foi colocado para consulta pública, no *Participa.pt*, apareceu a cruz no jardim e diz que não consegue perceber o porquê desta mudança. Solicita novamente os estudos segundo os quais foi feita a troca de sítio e gostaria de perceber porque é que foi mudado. -----

A Presidente da Assembleia, Ana Luísa Loureiro, diz que, relativamente à ata, vai pedir aos serviços para verificarem a falta do anexo e adicionar, se for o caso. Menciona que a ata foi aprovada em Assembleia de Freguesia, pelo que não é passível de ser alterada, mas fica registada a nota para atas futuras. -----

O Presidente Pedro Costa, confessa que não se lembrava de uma parte da discussão que foi, entretanto recordada pelo Vice Presidente da Câmara Filipe Anacoreta Correia, na última Assembleia Municipal, acerca do assunto e, de facto há uma proposta que chega a determinada altura, que é uma das propostas que está publicada e que motiva esta questão da Travessa de Cima dos Quartéis que é uma proposta que é estudada pela professora Assunção Cristas, primeiro como Ministra, depois como candidata à Câmara, volta a surgir o assunto e é daí que vem o debate explorado por muita gente e por muito tempo, sobre o qual não tem muita informação que possa partilhar, visto não ser autarca em Campo de Ourique, na altura. Sobre a localização específica da Travessa de Cima dos Quartéis, o que sabe é o que sabe hoje e não alguma coisa que soubesse anteriormente. Em relação ao que foi publicado em 2021, a localização publicitada é na Rua Tomás da Anunciação. Esta localização foi transmitida, na altura, pelo ministro do Ambiente João Pedro Matos Fernandes, e sinaliza a localização das saídas, uma delas, exatamente no local onde ficarão os elevadores, ou seja, onde se encontram atualmente os sanitários no Jardim da Parada. A construção da estação esteve prevista para a Rua Tomás da Anunciação, sendo o motivo de alteração para o Jardim da Parada, segundo o Metropolitano, o distanciamento das fachadas dos prédios envolventes aos limites da construção do poço de ataque. Em relação aos estudos, foi insistido muitas vezes com o Metropolitano, para que publicasse os estudos, dando nota publicamente, que caso não fossem publicados até ao final do mês de dezembro que a Junta de Freguesia avançaria com uma queixa à CADA para a disponibilização dos estudos. Menciona que os estudos estão publicados, no entanto, não sabendo se estão os estudos todos, solicita que o possam informar qual o estudo que está em falta para que possa insistir com o metropolitano. Chama a atenção para o facto de que não há um estudo optativo de hipóteses. Há um processo decisório que é feito numa base de estudos mais ou menos complexos consoante as localizações. O que é dito pelo Metropolitano é que todos os estudos que foram feitos sobre o assunto, estão publicados. Como o Metropolitano explica, há uma parte da opção que é feita com base num estudo de traçado que é, na verdade o que retirou a hipótese de que pudesse

ser feito na Rua Coelho da Rocha com a Rua Silva Carvalho, que foi uma das hipóteses que também foi posta em causa, mas com um traçado completamente diferente e que não tem nenhuma relação com o que existe hoje. -----

O Presidente, solicita ao movimento *Salvar o Jardim da Parada*, aos partidos e aos cidadãos que, se identificarem algum estudo que esteja em falta, o informem, para que, com toda a dedicação que teve para que os estudos fossem publicados, tentará fazer o mesmo com os restantes, caso existam. -----

Pede a palavra novamente a freguesa Susana Morais. Menciona o facto do senhor Presidente ter dado indicação de que não era autarca em Campo de Ourique, no entanto os estudos referidos são de 2017 e diz ter indicação de que o senhor Presidente já era vogal em Outubro de 2017, e na revista da Junta já era Presidente em Maio 2021 e inclusive menciona que o Edital foi escrito pelo mesmo. Dá indicação de que o estudo sobre a estação na Rua Tomás da Anunciação é um dos que não consta nem no site do Metropolitano, nem no site da Junta de Freguesia. -----

O Presidente toma a palavra e diz que julga não ser vogal em outubro de 2017, no entanto poderá ser confirmado. Diz ter ideia de que só tomou posse em novembro de 2017, mas sem precisar mesmo o dia da posse. -----

Em relação a 2021, diz já ter respondido, o que está publicado não é o que foi mencionado pela freguesa, ou seja, não estava publicada nenhuma estação junto dos quartéis, mas sim uma estação debaixo da Rua Tomás da Anunciação. Quanto ao estudo, diz ter a certeza que é um dos que está publicado, visto ter visto as peças com o vogal Hugo Vieira da Silva. -----

B. Período da Ordem do Dia; -----

1 – Apreciação e Votação do Projeto de Ata da reunião de Assembleia de Freguesia de 29 de setembro. Foi efetuada a revisão dos presentes na reunião de Assembleia para que os mesmos pudessem proceder à votação. -----

A deputada Mafalda Cambeta, PSD, solicitou o uso da palavra. Diz que concorda com a ata, não tendo nada a apontar. O único pedido é que na página 5, onde se menciona que Mafalda Cambeta do PSD, solicita que seja enviado para a Assembleia o CDC e as verbas das atividades de enriquecimento curricular, saber qual o montante transferido pela Câmara. Diz que não é o montante enviado pela Câmara, mas sim o montante gasto pela Junta com esta verba. Diz que

até à data não foi enviado nada para os membros da Assembleia sobre este assunto. Neste sentido concorda com a ata e reforça o pedido desta informação. -----

É mencionado pela Presidente da Assembleia que não é necessário fazer alteração à ata, mas sim um pedido de reforço para ter acesso à informação, solicitando aos serviços que procedam conforme. -----

O Presidente, Pedro Costa, pede desculpa pelo esquecimento. -----

A ata foi colocada à votação cujo resultado foi aprovada por unanimidade. -----

2 – Apreciação e Votação da Moção apresentada pelo PS e subscrita por todas as bancadas - Voto de Saudação ao Centenário do Clube Atlético de Campo de Ourique. -----

O deputado João Pereira, PS, explica que apresenta esta moção na ocasião eminente dos 100 anos da fundação do Clube Atlético de Campo de Ourique. Considera-se todo o serviço em termos de oferta e formação desportiva do Clube, assim como o histórico social e desportivo que se destaca, e que muito dignificam e honram a freguesia e a cidade. Celebra-se o dinamismo que a coletividade proporciona à freguesia e à cidade, particularmente o seu investimento no desporto juvenil e sénior. -----

A moção foi colocada à votação, cujo resultado foi a aprovação por unanimidade e aclamação.

3 – Apreciação e Votação da Proposta de “Documentos Previsionais do ano de 2023” Opções do Plano e Orçamento. -----

O Presidente, Pedro Costa, toma a palavra. Dá nota de que o orçamento é um orçamento cauteloso, num espírito de continuidade, tal como o são as Grandes Opções do Plano. A manutenção das opções e dos investimentos, o processo de execução das delegações de competências que passaram do mandato anterior para este mandato, em que existe a certeza de que ficarão concluídas em 2023, podendo haver lugar à devolução de uma parte do contrato de delegação de competências, o que será feito, caso não seja possível adaptar o projeto das Escadinhas dos Terramotos. Esta será a nota de continuidade. -----

Relativamente ao espírito cauteloso, o Presidente, refere que foi um ano de grandes aumentos da função pública, e que houve uma grande redução de valores destinados à gestão do equipamento da Piscina Municipal de Campo de Ourique, tal como foi informado à Assembleia a abertura do concurso de um caderno de encargos aprovado em Assembleia no final do mandato passado. Foram iniciadas negociações com a Câmara Municipal, estando em vias de conclusão, para a devolução do equipamento à gestão Municipal. Esta alteração da



CAMPO DE OURIQUE

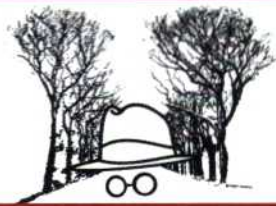
JUNTA DE FREGUESIA

despesa prevista para a gestão da piscina permite a cautela para todos os aumentos previstos para a administração pública para o próximo ano, tendo um grande impacto nas contas da Junta de Freguesia, numa autarquia onde o grosso das competências e o grosso do mapa de pessoal se prende com a Higiene Urbana e com a Educação. Significa que o aumento do salário mínimo tem um impacto nas contas da Junta de Freguesia e, esse impacto é reforçado pelo aumento dos Assistentes Técnicos e Técnicos Superiores. Significa que não se pode reduzir a disponibilidade para cumprir as obrigações para com os trabalhadores da Freguesia. Continua o senhor Presidente, por dar nota do aumento de transparência e do esforço, solicitado pelo PSD e pela IL, com o desdobramento do orçamento, criando-se uma nova rubrica, a 06, Ação Social, permitindo melhorar o histórico e ter um orçamento mais rigoroso para apresentar à Assembleia. -----

Comenta, ainda, a decisão pela inclusão de uma previsão em baixa dos contratos de delegação de competências para o mandato, sendo o valor inscrito de quinhentos mil euros. Informa que o senhor Presidente da Câmara anunciou um valor de cinquenta milhões para delegações de competências nas Juntas de Freguesia, sendo assinados no primeiro trimestre de 2023, e para tal a importância da abertura desta rubrica. O valor de quinhentos mil euros consiste no valor mínimo que a Junta de Freguesia de Campo de Ourique terá a receber no ano de 2023. -----

De seguida, dá nota de uma não inclusão. Foi decidido, não incluir o valor da proposta de delegação de competências do contrato de recolha dos sacos junto às eco-ilhas, uma vez que sentiu firmeza no senhor vice-presidente Anacoreta Correia, mas não o sentiu da parte do senhor Presidente da Câmara. Assim, mesmo com as dificuldades que poderão ser sentidas, a nível de investimento, principalmente no primeiro ano, a Junta de Freguesia não irá contar com esse valor. Avançou ainda que, nas reuniões tidas com os Presidentes de Junta, esta situação foi sinalizada como prioritária bem como nas várias reuniões Municipais. Esta situação foi sinalizada junto do Presidente da Câmara e junto da senhora Ministra da Coesão Territorial e do senhor Ministro das Finanças. Contudo diz não haver previsão de solução. -----

Dá nota de uma proposta pendente que teria um impacto direto nas contas, que é a projeção feita ao nível da execução da receita referentes às taxas, previsão esta com base nos últimos vinte e quatro meses e de acordo com as taxas definidas. -----



CAMPO DE OURIQUE

JUNTA DE FREGUESIA

Em relação às Grandes Opções do Plano, deixa nota sobre a manutenção das opções. Diz estar muito adiantado no trabalho de planeamento, ao qual foi dedicado o primeiro ano e portanto tem a atualização de acordo com várias conclusões tiradas no Fórum Campo de Ourique 20-30. Refere o avanço da priorização dos contratos de delegações de competências, pedido pelo Executivo Municipal, e que, diz ser, uma grande opção do Executivo, a qual deve ser partilhada com os partidos e público. Diz que, em primeiro lugar, se tem como prioridade a recuperação da Rua do Arco do Carvalhão; em segundo lugar a recuperação da Praça Afonso do Paço; em terceiro a Universidade Sénior e o ATL de 2º Ciclo, nomeadamente para permitir libertar verbas próprias para a criação de uma resposta de apoio à saúde mental de todos; em quarto lugar a implementação de dois programas: 1 – Uma árvore em cada esquina; 2 - Reconversão das passadeiras em falta; em quinto lugar, a delegação de competências para o transporte social que permitirá libertar verbas para reforçar o Fundo Social de Freguesia; por último, três obras de recuperação do espaço público, a Rua Freitas Gazul, a Rua do Sol ao Rato e Rua Gorjel do Amaral. -----

Diz ter havido reunião com a associação de moradores das Águas Livres e irá ser marcada uma reunião com as Vereadoras das Obras e do Urbanismo para a tentativa de se avançar com a implementação conjunta dos dois projetos da reabilitação da Praça das Águas Livres e da Rua Gorjel do Amaral que foi integrado no acordo escrito, celebrado entre a Câmara Municipal, a Associação de Moradores e o Ginásio Clube Português, que integrou o projeto desenvolvido. - Foi ainda dada nota da inclusão da Rua Maria Pia, nomeadamente as medidas de acalmia de tráfego e criação de estacionamento ao longo da rua, nas opções e prioridades dos CDCs. ----- Foi dada a palavra a Mafalda Cambeta, do PSD, que por pontos solicitou o seguinte: 1- Grandes Opções do Plano: o documento apresentado é uma tabela que mostra o programa eleitoral que o PS trouxe para a Junta de Freguesia. Diz que ao se falar de Grandes Opções do Plano, diz-se onde é que a maior parte da verba vai ser atribuída e quais as rúbricas, até para que possa existir uma melhor leitura tanto por parte dos fregueses como da Assembleia. Diz que ao existir uma tabela em que está misturado o que é Câmara e o que é projeto próprio da Junta, não havendo rúbricas nem de receitas, nem de despesas associadas, diz ser difícil para os membros da Assembleia e para os fregueses fazer uma fácil leitura. Assim o PSD solicita que de futuro, as Grandes Opções do Plano, estejam acompanhadas de rúbricas tanto das despesas como de receitas para se poder perceber onde está a ser feito o investimento.

Solicita também que, ao apresentar o programa eleitoral, se identifique o que são projetos próprios da Junta e projetos financiados pela Câmara para que possa ser feita uma melhor análise; 2- Orçamento: a deputada demonstra contentamento com o desdobrar do orçamento, no entanto, diz faltar a área da Cultura, uma vez que a Cultura não é só a Biblioteca. Fala das diferentes rubricas, solicita esclarecimento no Espaço Público e Espaços Verdes, questiona se estas rubricas estão interligadas. Na Biblioteca diz faltar toda uma outra componente cultural. Por fim, menciona a Educação e Ação Social, mas diz que se poderia falar de outras áreas, dando exemplo da Inovação. A deputada lança o desafio para a continuação do desdobramento para uma leitura mais fácil para todos. Diz ter feito quadros comparativos para perceber quanto transitou de 2022 para 2023 nas diferentes rubricas e diz ter surgido uma grande dúvida na parte da educação. Diz ter havido uma despesa significativa na parte da água, eletricidade e gás, ou seja, em 2022 os valores eram de noventa e três mil euros. Para 2023 estão dezanove mil euros. Diz que estranha, pois, estamos numa altura em tudo aumentou, pelo que solicita esclarecimento. Questiona se será o fato do desporto estar na rubrica educação. Comenta também os valores da Administração Autárquica e da Ação Social que não são claros. -----

Vasco Barata, do BE, solicita a palavra. Questiona a questão da continuidade. Diz que o mandato começou há um ano, no entanto o executivo é o mesmo, vindo já do mandato anterior, ainda que com a substituição do Presidente. Comenta sobre a Praça Afonso do Paço que já teve muitos projetos, nomeadamente, um parque infantil, um *dog park*. Assim solicita mais informação sobre o projeto. Comenta também a retirada das barreiras no Jardim à volta da Igreja, proposta do CDS e aceite por todos, que ainda está por efetuar. Diz não haver razão para ainda não ter sido feito. Coloca a questão da habitação, do preço das rendas absurdas que afeta não só as famílias, mas também os clubes, os associativismos. Sabendo que o regulamento Municipal sobre o Alojamento Local está a ser revisto, gostaria de saber se a freguesia foi contactada e o que foi transmitido pela Junta de Freguesia. Relativamente ao orçamento e visão para a freguesia, comenta que Lisboa tem tido problemas de cheias e tendo-se falado do plano de drenagem, ao BE parece-lhes ser importante para a adaptação às alterações climáticas. Comenta que na freguesia existe uma cultura de uso e abuso do carro e, à semelhança de outras capitais, deveria haver em Campo de Ourique medidas de redução do uso automóvel, a maior fonte de poluição, e começar a ter zonas pedonais, com mais espaço

para as pessoas, zonas essas que iriam beneficiar não só a qualidade de vida dos fregueses, mas também o comércio local. Questiona o que está previsto para o pavilhão da antiga piscina, que está abandonado e o que a Junta poderá fazer pois seria uma mais-valia para a Quinta do Loureiro. Diz que o município tinha previsto algo para o Vale de Alcântara, questiona se a junta poderá dar alguma informação sobre a sua visão para o local. Relativamente ao Jardim nas Amoreiras, o deputado, diz ser uma boa notícia o facto de o mesmo poder ser devolvido às pessoas, o que o preocupa é se dali possa surgir um estacionamento, ou qualquer outro tipo de construção, retirando espaço verde às pessoas. Solicita à Junta de Freguesia para deixar o espaço devolvido para a prática de desporto. Por fim, como ponto positivo o deputado destaca, nas Grandes Opções do Plano, o facto de ter sido tido em conta a sugestão para a realização da Feira dos Alfarrabistas. Dá ainda conta de que a inclusão foi feita no modelo de uma feira que será realizada no Jardim da Parada, no entanto a visão do BE é a de que deveria ser algo que ligasse as escolas, as editoras fomentando a troca de os alunos conhecerem as editoras, conhecerem os alfarrabistas e vice-versa. -----

Tomou de seguida a palavra, Bernardo Lacerda da IL, dando opinião de que é positivo o desdobramento do orçamento, para maior detalhe, no entanto faz o reparo de haver pouca informação. Diz não haver preocupação em dar contexto, enquadramento ou explicações sobre as várias rubricas. Concorda com Mafalda Cambeta, no sentido em que as Grandes Opções de Plano, que são um quadro, não referirem quais são os orçamentos para esse programa. Sente que é como que uma carta branca pedida à Assembleia de Freguesia. O deputado diz ainda que não existe um total de despesa por rubrica. Diz que não consegue ter noção de quanto é que a Junta vai gastar, por exemplo, em água ou eletricidade. Refere a norma 27 da contabilidade pública, sobre a contabilidade de gestão, que tenta aproximar a realidade do orçamento e das contas à realidade de atividade da Junta. Questiona se a Junta está a planear implementar uma vez que é uma norma que adapta a contabilidade à atividade da Junta, ou seja cada atividade, cada rubrica tem a sua cotação, sendo mais fácil acompanhar os gastos e os objetivos da Junta. O deputado diz que se sente chocado em relação à formação. Diz que no quadro de pessoal que será votado mais adiante prevê-se um total de 122 funcionários e existem dois mil euros de formação, em 2023. Questiona a aposta na qualificação dos funcionários da Junta e dos serviços. Questiona o porquê de não aumentar

esta verba uma vez que é importante apostar nas pessoas, formando-as e capacitando-as nas diversas áreas. -----

Teresa Morais Leitão do CDS, diz ter três perguntas complementares à intervenção dos colegas: 1 – Em relação aos contratos da base de dados do Governo, desde setembro de 2021 foram verificados trinta e oito contratos, e destes, só três foram objeto de concurso público. Diz que o concurso público deveria ser a regra e não a exceção. Comenta que a maioria dos contratos são por ajuste direto. Questiona se no futuro haverá uma maior generalização do mecanismo do concurso público em vez do ajuste direto; 2 – Nas despesas com pessoal de espaços verdes verifica-se um aumento de 340% de 2022 para 2023, isto alinhado com contrato de manutenção dos espaços verdes que está na base de dados do governo, indo este a concurso público. Questiona de que forma o aumento de 340% dos espaços verdes se justifica e como se relaciona com o contrato de prestação de serviços externa para a mesma manutenção de espaços verdes. -----

Volta a intervir Mafalda Cambeta do PSD, que gostaria de solicitar que no futuro, quando forem enviados os documentos previsionais para o ano de 2024, que o relatório do direito à oposição faça parte dos documentos, uma vez que é obrigatório por lei. -----

Não se registando mais pedidos, é dada a palavra ao senhor Presidente Pedro Costa, que dá indicação de que incluir o relatório do direito à oposição é um esforço que vale a pena, como exemplo de demonstração da utilidade prática da distribuição do documento. -----

Em relação às várias questões, diz que mantém uma discordância sobre a interpretação do que são as Grandes Opções do Plano. Diz que as Grandes Opções do Plano são opções plurianuais pelo que é natural não terem uma expressão clara na correspondência com as rubricas do orçamento, são um guia de ação do executivo, são a transposição do programa eleitoral apresentado com os contributos que foram sendo acrescentados, no ano anterior em sede de estatuto de direito de oposição. A alteração foi feita por concordância por parte do executivo de densificar e dar mais informação e ser atualizável. Este documento acompanha a informação escrita do Presidente para que haja mais e melhor informação prestada à Assembleia. -----

Em relação à questão do financiamento, diz ter de ser melhorado o espelho da despesa no PPA. Diz que o orçamento e o desdobramento, a comparação com o ano anterior, pode ser espelhado no site. Não concorda, no entanto, que os totais da despesa possam ser espelhados no site, podendo, no entanto, ser espelhado mais à frente, num explicador que poderá ser trabalhado em conjunto. Concorda que podia ter densificado mais a informação orçamental e as opções que foram tomadas, pelo que será feito um esforço para tal. Em relação à questão do financiamento e à correspondência, do que são projetos que dependem do financiamento Municipal, dá como exemplo os CAFs, cujo financiamento à partida seria feito numa delegação de competências, mas tem outras fontes de financiamento, por exemplo em candidaturas do PRR. Independentemente de quem paga no final a obra, de quem paga determinada medida, as competências e atribuições de planeamento e de projeto são competência legais da Junta de Freguesia, sendo prioritárias. Dá exemplo de que, correndo tudo bem, durante o mandato existirá obra na Rua Ferreira Borges, sendo o mais certo, a obra ser feita pela Câmara Municipal. Comenta que o que a Câmara pôde poupar foram seis ou sete meses de discussão pública e elaboração de estudo prévio, saltando diretamente para projeto de execução, que está em vias de estar concluído, precisamente porque o debate foi feito no mandato passado. O mesmo acontece com muitos outros projetos de obras já discutidos que estão já aprovados por delegação de competências, pelos serviços da Câmara Municipal, o que irá acelerar a sua execução. Portanto quando se chega à decisão da Câmara de avançar com as delegações de competências, já a Junta tem os projetos feitos e validados pelos serviços municipais o que irá poupar tempo na execução. -----

O Presidente dá indicação de que até ao dia nove de janeiro estarão publicados alguns documentos estratégicos resultantes do Fórum 20-30. Uma parte será um repositório de projetos de trabalho que serão publicados no site da Junta de Freguesia. -----

Em relação à Praça Afonso do Paço, diz que havia um trabalho feito de projeto, do mandato 2013-2017, que foi negociado pelo senhor Presidente junto dos serviços municipais em 2018 ou 2019 e que o Departamento de Espaços Verdes tinha um bom projeto para a Praça, que permitia ganhar estacionamento e ganhar área verde. Diz que seria um bom projeto. O projeto prevê a criação de um espaço infantil. Solicita aos serviços que possam distribuir à Assembleia este projeto. No entanto este projeto foi identificado como segunda prioridade na negociação dos contratos de delegação de competências com a Câmara Municipal. Com a

alteração do projeto, o mesmo duplicou o custo, e havendo acordo no contrato de delegação de competências, o projeto irá avançar durante este mandato. -----

Em relação às vedações do jardim da igreja, a Câmara Municipal decidiu que a obra iria ser executada pela EMEL com a expansão de uma ciclovia. A EMEL ficou de fazer a ligação da Rua Tomás da Anunciação com a Rua Francisco Metrass, uma vez que não é possível fazer a ligação pela Rua Silva Carvalho e isto permitia a ligação de toda a malha a todas as escolas. Por conta disto, explica o senhor Presidente, que a Junta fez o estudo prévio, a EMEL fez o projeto, lançou-se a obra e os Espaços Verdes responderam que não concordavam com o projeto. Refez-se o projeto, no entanto, este novo projeto carece de licenciamento junto da EDP. O projeto vai para revisão e sai o licenciamento do projeto da EDP quinze dias antes ou quinze dias depois das eleições, ficando este projeto por fazer. Com o resultado eleitoral, explica o senhor Presidente, era evidente que durante algum tempo não iria haver investimento nas ciclovias. O senhor Presidente da Câmara parou todas as construções de ciclovias, estando a reconstruir um novo mapa ciclável, o que prejudicou esta obra. Explica que o Metropolitano suspendeu as reuniões que tinha sobre a linha vermelha e espaço público, no entanto assim que a situação esteja desbloqueada irão ser retomadas as reuniões, tendo o Metropolitano assumido a criação do parque infantil e a estruturação do espaço. O senhor Presidente diz que o Metropolitano assumirá esta obra ainda antes do arranque das obras de construção do metropolitano, portanto durante o ano de 2023. -----

No que diz respeito à habitação, a Junta participou nas reuniões da carta municipal de habitação, sinalizando como prioritário a recuperação do património na Rua dos Sete Moinhos e na Rua Maria Pia, os imóveis que estavam identificados pela SRU para o PRA, imóveis do 359 ao 361 que abateram esta semana como já era previsível. A Vereadora Filipa Roseta visitará o local para avançar com a demolição sendo que com isto poderá haver boas novidades. -----

Em relação a outras prioridades exploradas na relação com o governo são também prioridade:

- A devolução do quartel, seja para exploração do IHRU ou a transferência desde logo para a Câmara Municipal. Quanto ao Alojamento Local, o senhor Presidente dá nota de duas propostas de alteração, primeiro a alteração de zonas homogéneas Lapa-Estrela, antiga Santa Isabel e a alteração dos rácios, propondo que se passasse a um rácio de 2,5% e que haja a

inversão do ónus no funcionamento dos regulamentos no que toca à violação do regulamento de ruído e às violações de regulamento de Higiene Urbana. -----

Em relação aos automóveis concorda com o que foi dito, daí ser urgente a chegada do Metropolitano ao bairro, e assumir que é necessário melhor estacionamento para que as pessoas possam ter o carro parado. Diz ter de haver uma discussão sobre o plano de mobilidade, a criação de super-quarteirões, criar bolsas de frescura, assumindo que a plantação de árvores será uma realidade na malha urbana. -----

No que diz respeito ao pavilhão, o senhor Presidente deixa duas notas: primeiro o pavilhão encontra-se inscrito no contrato da Sociedade de Reabilitação Urbana. A intenção da Câmara Municipal é procurar outras localizações, sendo que a que está a ser estudada é a cobertura do parque da Rua Correia Teles, abandonando todas as outras. Mesmo que fosse um pavilhão para durar 10 ou 15 anos, tendo em conta os custos, seria um bom investimento para o impacto positivo na Quinta do Loureiro. -----

Informa o senhor Presidente que foi sinalizado pelo gabinete do senhor Vereador do Desporto a possibilidade de criar nesta zona uma série de equipamentos para a prática desportiva informal, nomeadamente ligada com o basquetebol. -----

Em relação ao Vale de Alcântara, a nível de urbanismo não existe planeamento, segundo a senhora Vereadora. De qualquer modo o senhor Presidente diz que foi avançado um projeto com alunos de arquitetura, no âmbito de protocolo durante o ano de 2023. Há a necessidade de criar um parque urbano e levar equipamentos, e a disponibilidade da Câmara para financiar a transferência de alguns equipamentos, nomeadamente o Quartel dos Bombeiros Voluntários de Campo de Ourique, incluindo a abertura de uma nova rua que irá melhorar a resposta em caso de emergência, dando também uma ligação digna a quem vive ali. Diz que tem de ser encontrada uma solução para os consumos de substâncias no Vale de Alcântara. Foi feito um projeto piloto, sala de consumo assistido, de um ano, que carecia de avaliação, cujos dados ainda não foram recebidos. O que existe neste momento é uma sala de consumo, com um impacto negativo considerável que se prende com o plano do SICAD e da Câmara Municipal para ter mais respostas na cidade, o que não avançou. Não se pode continuar a assumir que o Vale de Alcântara e a Quinta do Loureiro têm de dar resposta a todo o consumo de estupefacientes injetáveis da cidade. Continua, dizendo que há soluções a serem encontradas, como por exemplo, a deslocalização da sala, sendo que o fato de atrair consumo

prova que a sala não precisa de estar tão perto dos pontos de venda, pelo que pode ser deslocalizada. O que existe neste momento é uma sala de consumo como fator estabilizador porque a existência da resposta concentra ali o consumo de toda a cidade. -----

Em relação à questão da formação, são várias as entidades a quem é contratada formação, por exemplo a CML, que é gratuita, a Direção Geral das Autarquias Locais, a ANAFRE, e havendo necessidades específicas outras entidades serão contratadas. Refere que há um investimento e uma disponibilidade e uma procura de soluções. Diz que poderá ser reforçada a verba, no entanto não deixa de haver um investimento na formação dos colaboradores. ----

No que diz respeito às perguntas levantadas pelo CDS, quanto à contratação pública, o Presidente esclarece que cumpriram a lei no que toca à publicação dos atos e publicidade dos atos, cumpriram todas as regras de contratação pública quando é obrigatório. Existe um especial cuidado em cumprir os limites da contratação pública, nomeadamente as obrigações plurianuais. Quanto aos ajustes diretos, estes são celebrados com a consulta a várias entidades, garantindo os direitos da boa gestão pública, mas também os direitos de funcionamento de concorrência de mercado. Quanto ao valor do aumento da 02, foi a transferência de uma parte dos trabalhadores que estavam na 01, alocando corretamente os recursos e o reforço da fiscalização de espaço público que estavam na 01 e passam para a 02. A manutenção de espaços verdes é contratada fora e a fiscalização é interna. Havendo alguns colaboradores da Higiene Urbana que fazem também manutenção, nomeadamente no Jardim da Parada que tem de ser limpo diariamente. Comenta ainda que fará sentido separar sim, em dois a rubrica espaços verdes/ sanitários/espaço público. -----

Não havendo mais intervenções a proposta foi colocada à votação cujo resultado foi aprovada com os votos da bancada do PS e abstenção das restantes bancadas. -----

4 – Apreciação e Votação da Proposta de decisão de alteração do regulamento e aprovação do projeto de Regulamento Geral de Taxas e Preços da Junta de Freguesia de Campo de Ourique.

O senhor Presidente toma da palavra e explica que o que é trazido cumpre dois propósitos: 1 – Manter o nível de escrutínio do órgão. 2 - Existe uma atualização das taxas e programas que permitirão melhorar a resposta e as isenções para quem realmente precisa dessa isenção ter o apoio da Junta. -----

Bernardo Lacerda da IL solicita intervenção. Comenta que o único ponto positivo é a redução do preço do auditório pois de resto aumenta tudo. E diz ser grave anular o antigo ponto 1 do

artigo 19º, referente à isenção. Lê o artigo e diz que o mesmo desaparece tendo de ser feito um requerimento ao Presidente. Comenta que isto implica que um freguês terá de pedir isenção e esperar que o requerimento chegue ao presidente e ser autorizado pelo mesmo. Diz que não estão claras as regras de isenção, pelo que votará contra. -----

Mafalda Cambeta do PSD intervém e diz ter várias considerações a fazer. Antes de intervir a deputada menciona a alínea d) do artigo 9 da lei 75 de 2013 de 12 de setembro que refere quais são as competências de apreciação e fiscalização por parte da Assembleia de Freguesia. A Alínea d) diz que é aprovar taxas e os preços da freguesia e fixar o respetivo valor, ou seja, não será uma questão de transparência do senhor Presidente, é uma obrigação legal, pois todas as taxas e preços têm de ser apresentadas à Assembleia de Freguesia e ser aprovadas pela mesma. Comenta que uma das propostas apresentadas pelo PSD era o estar contra o aumento de preços, nesta altura, para as atividades dos fregueses de Campo de Ourique e, como tal, mencionando o artigo 8, a Universidade Sénior, no artigo 10 e 11, atividades de verão e passeios de atividade infantil e juvenis, identificaram que se mantém no regulamento várias questões: o aumento de preços na Universidade Sénior, pelo que questiona quantos alunos estão inscritos em uma, duas, três, quatro e cinco disciplinas, isto porque se a maioria dos alunos for a uma ou duas disciplinas, existe um aumento efetivo da taxação de atividades para a comunidade em ano de crise o que motiva o voto contra do PSD. Questiona também quanto pagavam os alunos que antes estavam inscritos a três disciplinas? Se for menos de 15€, proposto pelo novo regulamento, existe mais uma demonstração de aumento de taxas em ano de crise e novamente o PSD votará contra. Outra das propostas era se as medidas apresentadas tinham em conta o rendimento de cada pessoa. Explica que dependendo do valor da reforma deveria haver uma percentagem que essa pessoa pagaria por atividade e não uma taxa fixa. Relativamente ao artigo 10 e 11, refere a mesma situação, Preço fixo. Diz haver um aumento para o dobro do preço nestas atividades. Neste sentido a proposta do PSD também seria a de ter em conta os rendimentos, tendo em conta os escalões de IRS, definindo uma taxa por cada escalão. Havendo uma taxa fixa, o PSD diz não concordar com estes artigos. Quanto à utilização do Cinema Europa, Mafalda Cambeta, questiona o executivo quantos alugueres do auditório é que houve no ano de 2022. Sendo zero, diz não haver um estudo para saber quanto é que valia o aluguer do espaço. Sugere que o espaço possa ser alugado à hora, mediante um estudo prévio de mercado, e não mediante um preço fixo de

modo a poder servir a comunidade. No que diz respeito aos artigos 15 e 22, citando novamente a alínea d) do artigo 9 que diz que compete à Assembleia de Freguesia, sobre proposta da Junta autorizar os preços e as taxas, pelo que é considerado que o artigo 15 e 22 não estão em conformidade com a lei, pelo que o PSD votará contra um documento sobre o qual considera existirem muitas dúvidas legais. -----

O senhor Presidente toma a palavra e diz que a decisão que toma é a de que a proposta irá ser retirada e voltará na próxima Assembleia de Freguesia depois de revista. Lamenta, no entanto, que os partidos tenham ignorado o período da discussão pública e tenham decidido vir em Assembleia apresentar estas opiniões sobre o preço da inflação e sobre o impacto da inflação nas famílias. -----

Mafalda Cambeta diz ter apresentado estas preocupações ao Vogal Hugo Vieira da Silva e diz que a crítica não é feita à inflação, mas sim aos preços fixos apresentados. -----

O Presidente dá conta de que o momento para a discussão e alteração deste regulamento era quando ele podia ser alterado, cumprindo a lei. A partir do momento que ele não pode ser alterado, cumprindo a lei, todas as propostas serão extemporâneas. Assim deverão reunir-se todos e construir um regulamento que sirva todos. -----

Mafalda Cambeta pede um esclarecimento à mesa. Diz que a lei é clara quando fala das competências da Assembleia de Freguesia. O que compete à Assembleia de Freguesia é aprovar ou não este regulamento. Diz que o documento foi enviado para a Assembleia de Freguesia deliberar num período muito curto de tempo para poder responder, mas que, no entanto, foi feita uma análise cuidada. Assim não aceita a crítica do senhor Presidente. -----

Assim sendo, a proposta não foi colocada à votação, tendo sido retirada pelo Executivo, ficando adiada a sua votação. -----

5 – Apreciação e Votação da Proposta Mapa de Pessoal 2023. -----

O Senhor Presidente Pedro Costa começa por dizer que é uma proposta simples e dá nota de uma alteração ligeira, o reforço dos assistentes operacionais previstos para o próximo ano, o que se prende com a necessidade de reforçar a equipa de fiscalização de espaço público e a equipa do atendimento administrativo, o que permitirá dar cumprimento a duas das opções apresentadas e votadas anteriormente, nomeadamente no que diz respeito à manutenção do balcão SNS 24 e por outro lado a criação do espaço cidadão. -----

Mafalda Cambeta, PSD, solicita a palavra. Solicita que, ao se apresentar um mapa de pessoal, que o mesmo seja apresentado com o somatório. Solicita que o mapa esteja mais discriminado, sabendo para que áreas e projetos seriam necessários os colaboradores apresentados como necessidade. Uma vez que não existe informação suficiente a deputada informa que o PSD votará contra. -----

Teresa Morais Leitão do CDS pede a palavra. Questiona quantos técnicos superiores é que a Junta de Freguesia tem efetivamente. -----

É esclarecido que efetivamente estão 12. -----

O Presidente do Executivo começa por dar nota que em relação aos dados que estão na proposta estão corretos. -----

Em relação ao número anormal de vagas de técnicos superiores prende-se com a situação da Junta manter um contrato de delegação de competências. Manter uma competência delegada, subdelegada nas freguesias, delegada do ministério da Educação nas Câmaras. O que existe é a necessidade de preencher as vagas que foram abertas de uma só vez visto ter havido um início de entendimento para que fosse possível. A competência não avançou, pelo que não se concretizou a transferência e as vagas nunca foram preenchidas. Com os técnicos superiores ficará a Junta capacitada para a integração no quadro de pessoal de AECs, melhorando o resultado solicitado. -----

Mafalda Cambeta, recorre novamente à lei para ver o que está previsto nas funções de um técnico Superior. Diz estar previsto na legislação 35/2014 – Os técnicos superiores têm competências específicas que, para CAF, não são competências de Técnico Superior. Para Coordenador de CAF sim, para monitores de CAF diz ter algumas dúvidas. Posto isto questiona o número de monitores de CAF que estão nos quadros e em que funções. -----

O Presidente intervém dando nota de que no quadro estão coordenadores de CAF, como Técnicos Superiores. As vagas que crescem são vagas que irão permitir integrar juntando as AECs e não os CAFs. -----

A proposta foi colocada a votação, cujo resultado foi aprovada pelo voto de qualidade da senhora Presidente de Assembleia de Freguesia, com a abstenção do BE, os votos favoráveis do PS e do PCP e, os votos contra das restantes bancadas. -----

6 – Apreciação e Votação da proposta de abertura de procedimento concursal para provimento de um cargo de direção intermédia de 2º grau (Chefe de Divisão de Atendimento e Serviços ao Cidadão), e nomeação de júri do procedimento. -----

Mafalda Cambeta, do PSD, questiona o Presidente sobre no Mapa de Pessoal estarem 2 Chefes de Divisão previstos e estarem 2 cargos ocupados, pelo que diz que a proposta não pode ser aprovada visto não haver lugar no mapa de pessoal para ser lançado este procedimento. -----

O senhor Presidente esclarece que as duas vagas estão ocupadas. Estiveram ocupadas em regime de substituição, sendo que uma delas como consta da proposta e, como já tinha sido aprovado em Assembleia de Freguesia, iria ser aberto o segundo concurso quando estivesse concluído o primeiro para não ter de ser pedido a totalidade do júri fora da autarquia. Assim dá nota de que o que existe é uma nomeação em regime de substituição que tem de constar do mapa de pessoal, mas que cessa com o procedimento. Assim não há o risco de haver uma ilegalidade, visto que a Assembleia nomeou a pessoa em regime de substituição, por proposta do executivo. Assim, concluído o procedimento, cessa a substituição. Como explicação da proposta apresentada, o senhor Presidente menciona que foi nomeada uma chefia em regime de substituição para dar resposta a uma identificação do Mapa de pessoal e do organograma da Junta de Freguesia, tendo sido aberto um concurso no final do mandato passado, concluído o mês passado para a contratação de uma das chefias de divisão. Esta é uma proposta semelhante à que foi aprovada na última vez. A necessidade de pedir ao Presidente da Câmara que indique o presidente do júri, uma vez que não temos nos quadros ninguém em condições de presidir a este concurso. -----

Mafalda Cambeta, PSD, solicita esclarecimento das áreas dos chefes de divisão. -----
É esclarecida que existe um chefe de divisão na área de Espaços Públicos e Espaços Verdes/ Higiene Urbana que teve concurso e passou. O outro chefe de divisão será para a área de Educação/ Atendimento e Serviços ao Cidadão. -----

A segunda questão prende-se com o fato de ser apresentado um júri, sem nomes da CML. O PSD diz que não pode aprovar a abertura de um procedimento que diz que é a Câmara que indica e que não tem nomes. Diz que não pode aprovar nenhuma proposta, pelo que o PSD não tem nada contra a apresentação de chefes de divisão, no entanto não pode aprovar uma proposta sem nomes. -----

O Presidente esclarece que não é a orgânica que está a ser aprovada, mas sim a abertura de um concurso, e que esta proposta não será retirada uma vez que tem um parecer jurídico. -----

A proposta foi colocada à votação cujo resultado foi aprovada com os votos favoráveis do PS e PCP, abstenção do BE e do eleito do CDS Francisco Neto de Carvalho. -----

7 – Apreciação e Votação da Proposta de autorização de adesão ao Protocolo de Cooperação entre a Freguesia de Campo de Ourique e a Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE) no âmbito do apoio à aquisição de gás engarrafado pelos consumidores domésticos beneficiários da tarifa social de energia elétrica ou das prestações sociais mínimas. -----

O Presidente explica que esta proposta é uma retificação de protocolo. Comenta que foi uma negociação difícil da ANAFRE, o que permitiu que se desbloqueasse o assunto. Era um protocolo com um espaço curto e, portanto, foi avançada e o que se traz é uma proposta de retificação. Esta proposta é a distribuição através das Juntas de Freguesia, com fundos do PRR para o apoio às famílias, nomeadamente na aquisição do gás engarrafado. -----

O CDS questiona sobre os pedidos porta a porta, uma vez que conhecem pessoas idosas que não se conseguem deslocar-se à Junta e não foram contactadas. -----

O Presidente solicita que estes casos possam ser sinalizados, para que, caso queiram, possam ser integradas na Plataforma do Projeto Radar, o que permitirá acompanhar as pessoas ao longo do ano. No entanto, agora ainda será possível integrá-las uma vez que o apoio se estende até ao final do ano. -----

A proposta foi colocada à votação cujo resultado foi a aprovação por unanimidade. -----

8 – Apreciação da informação escrita do Presidente da Assembleia de Freguesia referente ao período de 1 de setembro a 30 de novembro de 2022. -----

O Presidente dá nota do evento mais relevante deste período, o Fórum Campo de Ourique 20-30, que permitiu discutir e criar uma agenda comum para o que será a próxima década nos mais diversos temas. -----

Dá também uma nota para uma vitória extraordinária de toda a freguesia de Campo de Ourique, de uma exigência da comunidade que era reabrir e reocupar o espaço do jardim do depósito EPAL das Amoreiras. Refere ainda o compromisso do senhor Ministro do Ambiente de devolver o outro depósito da EPAL, que fica abaixo da Rua Gorgel do Amaral e acima da Rua das Amoreiras, que permitirá a ligação à obra já em curso, na Casa Veva de Lima, sede da Fundação Maria Ulrich, e que ficará concluída durante este mandato. -----



CAMPO DE OURIQUE

JUNTA DE FREGUESIA

Por último, deixa uma palavra em relação à Higiene Urbana. Tendo-se avançado com a assinatura dos contratos de delegação de competências e a respetiva transferência das verbas, foi conseguida a conclusão dos processos de contratação de 6 trabalhadores. Dá conta de que as dúvidas orçamentais levaram a uma degradação de uma parte da resposta. -----
Comenta ainda o valor da recolha das eco-ilhas que permitiu também o trabalho das equipas ao domingo. Dá nota da aquisição dos novos veículos, da eletrificação da frota e utensílios do trabalho da Higiene Urbana e que é possível graças ao esforço tido neste último trimestre. ----

Nos termos e para os efeitos do nº3 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, foi lavrada a presente ata em minuta, que depois de lida em voz alta e de aprovada, será assinada por mim, César Gama Laranjo Ferreira, que a redigi enquanto primeiro secretário e pela presidente da mesa da mesa da Assembleia de Freguesia, Ana Luísa Cardoso Marques Teixeira Loureiro. -----

A Presidente da Assembleia de Freguesia: -----

(Ana Luísa Cardoso Marques Teixeira Loureiro) -----

O Primeiro Secretário da Assembleia de Freguesia: -----

(César Gama Laranjo Ferreira) -----

